

## Canetadas e militarização são a resposta do Governo para a Amazônia

***Relatório da Política Por Inteiro mostra que, nos últimos dois anos, foram 144 atos infralegais que tiveram impactos na Amazônia, mas não frearam o desmatamento***

Qual é a dimensão real da Amazônia na política brasileira? Quais são os órgãos competentes pelo desenvolvimento sustentável e quais estão de fato cumprindo suas obrigações? Quais decisões o poder Executivo federal tem tomado em relação à região? Essas são algumas das questões que guiam a publicação *Amazônia Por Inteiro – Histórico, Panorama e Análise das Políticas Públicas Federais*, elaborada pela Política Por Inteiro. Considerando a importância da região amazônica e de seu bioma, que abriga uma enorme biodiversidade e povos tradicionais diversos, concentra o maior número de áreas protegidas no Brasil, entre Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI), além de ser fundamental para a regulação do clima global, a ideia do estudo é contribuir para um entendimento baseado em fatos e evidências a respeito da política federal praticada para e na região amazônica brasileira, desde 2019. Por meio de um levantamento de atos relacionados, direta ou indiretamente com o tema e publicados no *Diário Oficial da União* entre 2019 e 2020, bem como de projetos legislativos surgidos no Congresso Nacional no mesmo período, criou-se uma espécie de "fotografia" do atual momento. A publicação concentra atenção na conjuntura atual e elenca desafios presentes e futuros.

Nos dois primeiros anos do Governo Bolsonaro, houve 144 atos infralegais da administração pública federal com impactos relevantes na Amazônia, mapeados pela equipe. A publicação dessas normas – medidas provisórias, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções e outros tipos normativos – se intensificou no decorrer do mandato presidencial, conforme aponta o relatório. As principais conclusões da publicação são destacadas a seguir.

### Reforma e caneta

Reformas Institucionais são marca do atual governo e vêm acontecendo em todos os ministérios, com a reestruturação de diversos órgãos. As alterações, sobretudo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com a extinção de departamentos, a mudança de vinculação de órgãos e extinção de colegiados importantes, tiveram impacto na governança da região amazônica. Além dos 37 atos de reforma mapeados, houve a edição de 43 atos entre decretos e medidas provisórias que estão relacionados, direta ou indiretamente, à Amazônia Legal. A quantidade de atos originados na presidência que influenciaram a política ambiental na Amazônia pode significar que a tomada de decisão vem sendo feita por "canetadas", se valendo de critérios políticos e não fruto de discussões técnicas promovidas no âmbito dos ministérios.

O atual governo também atuou em função da pressão da sociedade civil e de investidores. Muitos desses atos foram classificados segundo a Metodologia da Política Por Inteiro, como resposta – principalmente ligados aos episódios de queimadas e do aumento no desmatamento na Amazônia.

### Militarização como resposta

Foram identificados 29 atos classificados como resposta, 14 referentes ao emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia Legal, incluindo suas prorrogações de prazo. Uma nova governança focada em ações militares passou a tomar força na Amazônia, com a extensão constante do emprego das Forças Armadas nas Garantias da Lei e da Ordem (GLO) e o número intenso de movimentações de pessoal no Ministério da Defesa nos anos de 2019 e 2020. O MD passou a ocupar o lugar do Ministério do Meio Ambiente na atuação sobre a região e o Vice-Presidente na comunicação com atores internacionais, por meio do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Não foram identificadas estratégias complementares efetivas no combate ao desmatamento. Assim como não avançam as medidas efetivas de fortalecimento das agências técnicas e com mandato oficial para combate do desmatamento. Pelo contrário, o que se discutiu foi a fusão do Ibama com ICMBio.

Entretanto, sem as ações bem delineadas para essa transição, não é possível saber o impacto na prática da saída dos militares e vislumbrar resultados positivos no combate ao desmatamento e outras questões críticas no bioma, como conflitos fundiários, direitos dos povos indígenas e proteção à biodiversidade.

### Violações dos direitos dos povos indígenas

Em 2020, a vulnerabilidade dos povos indígenas ficou evidente durante a pandemia de covid-19. A crescente invasão das terras indígenas por atividades ilegais, especialmente garimpo e desmatamento, reforça a necessidade de demarcação que já se mostrou efetiva, inclusive, na preservação da biodiversidade. Assim como prometido por Jair Bolsonaro, nenhum centímetro de terra indígena foi demarcado entre 2019 e 2020.

### Avanço da mineração

Em relação às atividades econômicas na região, a mineração vem avançando numa lógica de flexibilização e desregulação justificada sob a ótica do desenvolvimento econômico estratégico. Os planos e diretrizes propostos pelo Ministério de Minas e Energia consideram a possibilidade de atividade minerária em unidades de conservação, terras indígenas, além de outras áreas de vulnerabilidade socioambiental. É evidente que o governo federal ainda enxerga a Amazônia Legal pelo viés meramente industrial, desconectada do seu potencial de inovação e protagonismo dentro de um cenário de transição para a indústria 4.0.

### Reações no Legislativo e no Judiciário



Observou-se um movimento de reação aos atos do Governo Federal por meio, tanto de propostas legislativas, quanto de ações judiciais movidas por atores da sociedade civil e/ou parlamentares. **As ações judiciais têm obtido um maior sucesso no sentido de frear os retrocessos ambientais**, uma vez que **não houve nenhum decreto legislativo aprovado** para sustar decretos ou outros atos do Poder Executivo.

A **Política Por Inteiro** é um projeto do Instituto Talanoa que nasceu em 2019 para realizar o acompanhamento em tempo real dos sinais políticos (*policy signals*) de mudanças relevantes anunciadas (riscos) ou realizadas (atos) pelo Executivo Federal, bem como seus efeitos. Queremos transmitir tendências e construir cenários, para que se tornem um bem público.  
Site: [www.politicaporinteiro.org](http://www.politicaporinteiro.org)  
Contato: [contato@politicaporinteiro.org](mailto:contato@politicaporinteiro.org)

**Comunicação:** Liuca Yonaha  
**+55 11 94186-4029**  
[liuca@politicaporinteiro.org](mailto:liuca@politicaporinteiro.org)  
[contato@ykidigital.com](mailto:contato@ykidigital.com)

**Realização:**



**Apoio:**

